



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: CALVO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 10-09-14

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Boa tarde a todos.

Declaro abertos os trabalhos da 18ª audiência pública da Comissão de Saúde, Promoção Social, e Mulher do ano de 2014. A pauta de hoje é sobre aspectos de interesse do Hospital do Servidor Público Municipal.

Estão presentes os Srs. Vereadores: Alfredinho, Netinho de Paula, Ricardo Young, Patrícia Bezerra e Calvo.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

O Vereador Netinho de Paula tem atuação em todas as áreas sociais da cidade de São Paulo e sei que tem compromissos inadiáveis assumidos. Então, Tem a palavra o nobre Vereador Netinho.

O SR. NETINHO DE PAULA – Obrigado, nobre Presidente.

Boa tarde a todos.

Farei um resumo do entendimento que tivemos da outra reunião. É importante para que a partir daí possamos avançar nas ideias e debates e chegar a alguma conclusão. Na reunião passada, para mim ficou claro, com a presença da Superintendente, os avanços que ela vem tentando fazer no hospital.

Ela mostrou todo o avanço que eles estão fazendo no hospital em termos de atendimento para que as pessoas que fazem estágio - já que o hospital é uma referência em termos de estágio - possam permanecer no hospital porque essas pessoas estão indo a outros hospitais e são ótimos profissionais. Ela também falou sobre o salário, questão que mexe muito com os profissionais e muitos então não permaneciam no hospital.

Outro entendimento que tive é que havia necessidade do pronto-atendimento não fosse mais aberto a toda a população. Fosse um pronto-socorro que montasse outra estrutura em outro local para o atendimento das pessoas para que ali pudesse ser atendido os funcionários públicos.

Chegou-se a debater dizendo que queria o hospital exclusivamente para o funcionário público, o que foi debatido. Dificilmente, um político na atual situação que a Saúde se encontra no País vai fazer uma distinção de quem pode ou não ser atendido, mas que nós, Vereadores, entendíamos muito bem que cada centavo, cada tijolo daquele hospital foi construído com suor do funcionário público. Não é isso? (Palmas)

Nós então sabíamos prontamente que politicamente seria muito difícil adotar um discurso de falar que a população não vai mais utilizar, mas que poderíamos trabalhar no sentido de melhorar o atendimento, a qualidade e que o funcionário público tivesse a prioridade do que ele ajudou a construir.

Esse é o resumo que entendi do que foi a reunião passada. Agora, vamos avançar nos detalhes para ver como chegávamos a uma proposta. Após todas essas audiências, o resumo era poder sentar com o Sr. Prefeito para tentar resolver juntos os problemas do hospital. A intenção é chegar a um senso comum para que possamos levar a proposta adiante.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Houve uma matéria no *Diário de S. Paulo* em que fui entrevistado e de tudo que tentamos passar não foi colocado na íntegra. Então, dá a impressão que a gente pichou o hospital e não é verdade. Todavia, cabe aqui uma desculpa aos profissionais da direção até porque não foi a educação que recebi do meu pai: não se cresce em cima de trabalho alheio e muito menos de desgraça alheia.

Sou funcionário público de carreira e tenho interesse no que vai ser discutido. Para compor a mesa, convido a Sra. Regina, Diretora do Hospital do Servidor Público Municipal, representando neste ato o Sr. José de Filippi Júnior, Secretário municipal de Saúde; Sérgio Ricardo Antigueira, do Sindsep, Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo. Estamos aguardando o Sr. Claudio Fonseca, do Sinpeem; Arnaldo Ribeiro dos Santos, da Aprofem; Eder Gatti Fernandes, do Sinesp.

O requerente desta audiência pública foi o Vereador Young a quem passo a

Presidência. Bom trabalho a todos.

- Assume a presidência o Sr. Ricardo Young.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Muito obrigado, Vereador Calvo.

Agradeço a presença de todos e fico feliz de estarmos em condição de fazer esta audiência pública hoje. Dra. Regina, acho que é uma conquista do hospital.

Temos quatro temas para serem discutidos.

O Vereador Netinho fez uma excelente introdução do que estamos discutindo. Nós queremos o retorno da excelência do Hospital do Servidor Público Municipal e queremos que o servidor público municipal tenha de volta o hospital para atendê-lo com excelência. Não adianta termos o retorno do hospital ao servidor se não for com excelência. (Palmas)

Por outro lado, somos todos munícipes de São Paulo e precisamos ser solidários àqueles munícipes que não têm acesso à saúde e ainda mais à saúde no padrão que temos no Hospital do Servidor. Isso, então, recoloca a necessidade de tornarmos a unidade de pronto-atendimento uma realidade na região e faz parte da solução.

Gostaria de retomar os quatro eixos que estamos discutindo porque a ideia é termos um consenso em torno desses quatro eixos, como disseram os Vereadores Netinho e Calvo. Está presente o Líder da Bancada do PT, Vereador Alfredinho, sempre grande parceiro, para que junto ao Sr. Prefeito e unidos possamos fazer com que essa proposta evolua.

O Sr. Floreal acabou de chegar e é representante o Sindicato dos Profissionais de Educação do Ensino Municipal.

Os quatro eixos que estamos discutindo e que começamos a conversa na visita ao Hospital e depois na Comissão é que precisamos viabilizar a unidade de pronto-atendimento para atender o munícipe. Uma vez essa unidade atendendo o munícipe, podemos requerer que o Hospital do Servidor volte a atender apenas o servidor público municipal. Atender o servidor

público municipal do jeito que está não é suficiente. Tem de haver investimento, segundo a direção do Hospital, em torno de 130 milhões para que possamos recuperar a excelência do atendimento do Hospital, os ambulatórios, as salas de cirurgias e equipá-lo com equipamentos de última geração para podermos retornar o Hospital a um nível excelente.

Isso, evidentemente, implicará na ampliação do Hospital, no aumento dos seus custos e então é desejável que haja um retorno da contribuição que os servidores faziam ao hospital e voltem a fazê-lo. Se os servidores voltarem a fazer essa contribuição, então, teríamos os recursos para as despesas correntes adequadas para se manter um hospital de excelência de novo atendendo o servidor público.

É para isso que estamos juntos. Estamos juntos para construir essa solução com os sindicatos, com o Hospital, com a Secretaria da Saúde, com a Casa Legislativa para que quando possamos conversar com o Sr. Prefeito, tenhamos a representatividade necessária para o pleito.

Recebi em meu gabinete, na semana passada, várias lideranças sindicais. O Arnaldo, da Aprofem; o Carlos, do Sindsep; o Floreal, do Sinpeem; a Sueli, do Hospital do Servidor e também do Sindsep; o Sérgio, Presidente do Sindsep; Luzia, servidora pública municipal; Flávia, do Sindsep; e a Solange, também do Sindsep.

O argumento que debatemos foi o seguinte: temos hoje um grande número de servidores que estão na casa dos 50 anos e quase em idade de aposentadoria e que pagam seguro saúde particular. Todos sabemos que a estrutura do seguro saúde é feita para expulsar todos aqueles que possam, eventualmente, custar mais caro. Então, pessoas que estão chegando aos 60 estão vendo a sua contribuição aos planos privados aumentar muito. Muitas vezes, as pessoas com o salário que têm da aposentadoria são obrigadas a parar de contribuir. Então, elas nem ficam com a cobertura dos planos privados e ao mesmo tempo ficam sujeitas à precariedade que hoje esse atendimento misto e superlotado do Hospital do Servidor Público acarreta.

Então, discutimos nesse dia com as lideranças sindicais se seria razoável que o servidor público municipal voltasse a ter um serviço de excelência no Hospital do Servidor Público Municipal, sabendo que é um dos equipamentos mais importantes de saúde que há na Cidade, se não valeria a pena trocar o que hoje individualmente os servidores estão pagando para seguros de saúde, pelo retorno da contribuição e terem um hospital de absoluta excelência com capacidade de atendimento, toda a competência para os exames laboratoriais e para o tratamento das doenças de alta demanda tecnológica.

O sentimento geral embora não tivéssemos ainda consenso foi de que sim, é razoável. Só que só é razoável se o Poder Público se comprometer antes com a UPA, com investimento nas reformas necessárias para que se tenha excelência necessária e o servidor, em reconhecimento a esse movimento do Executivo, voltaria eventualmente a contribuir.

Estamos nesse pé da discussão. Parece-me que há grande convergência até aqui em relação à solução. A ideia desta audiência pública é que possamos sedimentar essa convergência para que possamos construir um pleito estruturado junto à Secretaria e ao Sr. Prefeito. Era isso que queria dizer.

Está presente também a Sra. Norma Lúcia de Andrade dos Santos, do Sinesp, que peço que tome assento na mesa.

Penso que o Sr. Secretário nos truçou ao enviar a Dra. Regina para representar a Secretaria de Saúde na nossa reunião. Acho que ou a senhora nos truçou ou a senhora truçou o Secretário porque a Dra. Regina, como Superintendente do Hospital, vai dar a posição da Secretaria de Saúde à respeito da questão. Ela sendo a Superintendente do Hospital acho que não deverá haver conflito entre as posições. É muito bom vê-la representando o Sr. Secretário.

Tem a palavra a Dra. Regina.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – Eu não sei quem truçou quem, Vereador, mas é isso mesmo, eu venho com a proposta da Secretaria.

É uma proposta, como conversamos, já vem andando. Não é só uma proposta, nós

estamos caminhando para isso. Começando pela UPA, que é algo que já está se desenvolvendo e até trouxe uma documentação mostrando em que ponto a UPA – HSPM já está como um projeto em desenvolvimento, ela já está com 17,5% do projeto em desenvolvimento. Então, a UPA – HSPM é um fato e só está em 17,5% por conta de conseguir um terreno na região. Todos os terrenos que achamos e seriam interessantes, eles não eram viáveis para uma UPA 3. Então, só nos restou uma desapropriação próxima ao hospital.

Então, quando falamos em fechar o pronto-socorro para atendimento exclusivo ao servidor público municipal, então já estamos caminhando para isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Um esclarecimento, Dra. Regina, essa desapropriação já ocorreu ou já se localizou o terreno?

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – Já se localizou o terreno.

Existe uma proposta da Secretaria que apresentamos na visita que vocês fizeram ao HSPM que é o Hospital do Servidor para o servidor público municipal, exclusivo, um hospital de alta complexidade, de excelência, que atenda ao servidor e a todos os seus dependentes legais, desde que haja um financiamento.

Então, nós estamos com problema do financiamento. A proposta da Secretaria é a volta da contribuição dos servidores. Propomos 2% do salário do servidor para ajudar financiar esse hospital porque o orçamento que ele tem hoje não consegue esse hospital que estamos falando, nem a reforma e os equipamentos que necessita e nem a manutenção. A hora que der esse salto, o que nós vamos ter de gasto vai se modificar. Então, estamos pensando em outro hospital, retornar à excelência que ele tinha e que ainda mantém muito da sua glória, mas dar esse salto e para isso há um custo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Muito obrigado, Dra. Regina.

Parece-me – não quero polemizar, mas só pontuar as diferenças – que nas conversas que tivemos anteriormente, nós tínhamos conversado que os investimentos para a UPA seriam feitos com recursos federais e o investimento para a reforma do Hospital viria de

recursos da própria Prefeitura. O recurso que o servidor voltaria a contribuir seria para as despesas correntes do novo hospital que, evidentemente, terá despesas maiores. Foi essa a compreensão que tive ali e a senhora está falando e talvez eu tenha entendido errado...

O SR. ALFREDINHO – É que todas as UPAs têm participação do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Sim. Mas o dinheiro do servidor não seria utilizado para se acelerar a UPA.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – Não, não será.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – O dinheiro do servidor seria para as despesas correntes do novo hospital.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – E a Prefeitura investiria nas melhorias do hospital. Só queria pontuar essa diferença porque no debate vamos esclarecer.

A Dra. Regina diz que é desejável que haja antecipação da contribuição do servidor desde já porque isso dá recurso à Prefeitura para fazer a reforma e também para enfrentar as novas despesas correntes que advirão da ampliação do hospital. Eu tinha entendido que a Prefeitura teria de fazer das suas despesas orçamentárias esse investimento antes que o servidor antecipasse o recurso para as despesas correntes.

É só para pontuar um entendimento diferente para melhorar o debate.

Tem a palavra o Sr. Sérgio Ricardo Antiqueira, do Sindsep.

O SR. SÉRGIO RICARDO ANTIQUEIRA – Boa tarde a todos.

Parabenizo a Comissão de Saúde por essa iniciativa que o Sindsep entende como formidável para iniciar esse debate. No sindicato nós já tratamos sobre o tema em um seminário específico sobre o hospital que temos e o hospital que queremos. Tratamos também no Congresso, onde fizemos um plebiscito só com os participantes para avaliar e o posicionamento dos servidores participantes foi pela volta do hospital. Aliás, o Hospital do Servidor Público é berço do Sindsep. Então, o HSPM é presente na vida e no cotidiano do

sindicato, vários diretores foram e são de origem do HSPM.

O nosso congresso parte desse ponto que é a retomada do HSPM exclusivamente aos servidores. Claro, que como defensores do Sistema Único de Saúde, a gente quer que se garanta o atendimento dos munícipes em uma UPA. Se isso está sendo providenciado, a gente quer que se acelere esse processo para atender a necessidade da região porque, hoje, o que acontece no hospital é que com menos recursos do que tinha antes, ele atende mais do que os outros hospitais porque ele concentra os servidores e toda a região.

Então, não há condição. Isso é levar o hospital a falência e o hospital construído com o dinheiro do servidor. É patrimônio do servidor público municipal. Então, não podemos deixar de falar do retorno da excelência e acho que tem de ter investimento da Administração para retornar a excelência, pois não dá para esperar só que venha a contribuição. Temos de ter esse compromisso. Acho que a presença do Vereador Alfredinho é importante para fazer essa ponte com a Administração.

É importante esse investimento, mas, mais do que tudo, queria falar do que foi esse golpe da retirada porque talvez servidores novos não saibam, mas, até 2005, contribuía-se com 3% do padrão, de forma solidária, para o atendimento do HSPM e foi isso que permitiu a construção do hospital e o serviço de excelência. Foi um golpe, aproveitando o aumento do IPREM de 5% para 11%, tirar os 3% para não reclamarmos. Essa retirada foi usada justamente para sucatear o Hospital, para chegarmos à situação que está hoje. Hoje, ou entregamos tudo para o SUS ou retomamos aquilo que é nosso.

Acho que estamos aqui para impedirmos que isso aconteça e para fazermos um grande debate com os servidores municipais. Já nos dispusemos a fazer, no gabinete do Vereador, um boletim para resgatar a história, para mostrar como queremos o Hospital.

Obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Muito obrigado, Sérgio.

Tem a palavra o Sr. Floreal Marin Botias Jr., representando o Sr. Claudio Fonseca,

do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo.

O SR. FLOREAL MARIN BOTIAS JR. – Boa tarde a todos.

Estou, aqui, na função de representar o Presidente do Sinpeem, Sr. Claudio Fonseca. Na condição de Diretor de Saúde e também na condição de indicado por esse Sindicato para compor o Pleno do Conselho Gestor do Hospital do Servidor Público Municipal é que farei a minha fala.

Primeiro, farei um acerto na fala do Vereador Ricardo Young que, aparentemente, ao colocar que na conversa que tivemos em seu gabinete havia uma concordância de todas as entidades. Naquele momento, já manifestava que o Sinpeem tem uma boa parte de concordância, mas também temos algumas discordâncias, e queria pontuá-las.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Por favor, Floreal, só para fazer uma pequena correção. Disse que não tínhamos consenso. Estávamos convergentes, mas não tínhamos consenso. Reconheci essa discordância.

O SR. FLOREAL MARIN BOTIAS JR. – Então, me desculpe. Posso ter entendido errado.

Mas, onde estão os consensos e onde estão os dissensos?

Primeiro, entendemos que o Hospital do Servidor é do servidor, não por retórica, mas porque o Hospital do Servidor foi construído com os recursos de servidores públicos que, um determinado momento histórico, deixaram de receber parte de seus salários para fazer a construção daquele prédio e, na sequência, a manutenção do prédio e dos serviços ali colocados.

Qualquer patrão vê o seu trabalhador e vê a necessidade de garantia de saúde para o seu trabalhador. Por isso, nosso patrão, que é a Prefeitura do Município de São Paulo, tem que garantir a saúde de seus trabalhadores.

E digo: nas condições em que estamos, sem entrar em dados, mas com a quantidade de afastamentos que temos, qualquer patrão sensato já teria acendido a luz

vermelha, e a Prefeitura ainda não acendeu a luz amarela!

Não queremos só o atendimento do Hospital do Servidor. O nosso desejo é que não precisemos ir ao Hospital para sermos tratados.

Posto isso, quero dizer duas coisas.

Primeira, como já registrei, o Hospital foi construído na década de 50 com os recursos dos servidores. A seguridade social representa, para os trabalhadores do Brasil como um todo, a contribuição que o trabalhador dá para garantir o atendimento de previdência e o atendimento de saúde, entre outros. E uma mudança que ocorreu na Constituição Federal, tínhamos, como já foi registrado também, uma contribuição de 5% para o IPREM e de 3% para o HSPM, o que dava um total de 8%. Essa contribuição saltou para, no mínimo, 11%, que é o que contribuímos hoje e, naquele momento, a Prefeitura disse que retiraria a contribuição do Hospital do Servidor da folha de pagamento dos servidores porque ela, Prefeitura, estaria assumindo a parte dos trabalhadores, no sentido da manutenção do Hospital.

De lá para cá, a Prefeitura vem, para o conjunto do funcionalismo, e eu não vou dizer da Educação, porque na Educação temos uma situação diferenciada, o valor de 0,01 de reajuste anual, na última década. Para quem deu esse 0,01 esse tempo todo, com exceção desse reajuste que tivemos neste mês, dizer que quer retomar a contribuição para o Hospital, é uma situação que temos que fazer uma discussão. Isso porque, nas instâncias do Sindicato, ao qual faço parte, as deliberações são contrárias à contribuição por parte dos servidores, porque entendemos que isso é uma tarefa do Poder Público Municipal.

O que queremos? Queremos o Hospital como um hospital de excelência que ele já foi, que ele retome a ser. Que ele seja um hospital de referência, não só nacional, mas internacional. Queremos que tenha um atendimento em função de que hoje temos uma demanda diferenciada dos trabalhadores de forma descentralizada e, portanto, não apenas um atendimento em alguns postos centralizados, mas também a construção de hospitais descentralizados para atendimento para que as pessoas não precisem se deslocar. Por que

estou dizendo isso? Porque boa parte dos servidores faz esse movimento de deslocamento e, hoje, o Hospital não está dando conta de fazer o atendimento.

Nós, enquanto Sindicato, concordamos e temos concordância que o Hospital precisa voltar a ser de excelência, que precisa voltar a ser dos servidores, mas não queremos que, em troca disso, a população fique desatendida. Queremos que a população tenha o seu atendimento e que esse atendimento seja de forma digna, em um espaço próprio, para dar conta das suas necessidades, assim como os servidores têm as suas necessidades.

Portanto, queria concluir dizendo que queremos ver o Hospital retornar para os servidores; queremos ver o Hospital sendo melhorado, voltar a ser esse hospital de excelência; queremos ver o Hospital sendo referência, sendo uma escola, fazendo as suas tarefas, mas queremos que esse atendimento não seja em decorrência do município. Mas, mais que isso, não queremos que essa conta seja transferida para os servidores municipais. Entendemos que essa conta é do Poder Público, é da Prefeitura, que é o patrão dos servidores municipais.

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Muito obrigado, Floreal.

O próximo é o Sr. Arnaldo Ribeiro dos Santos, da Aprofem.

O SR. ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS – Boa tarde a todos.

Estou, aqui, representando a Aprofem e o Prof. Ismael Nery Palhares, Presidente da entidade.

Nós, o Sindicato, a base, somos servidores da Educação, mas há, também, servidores das demais Secretarias.

O que falarei aqui, se resume em um ponto: valorização dos servidores, em um sentido lato. Quer sejam os servidores que trabalham no Hospital, quer sejam os servidores usuários.

Em sentido lato porque os servidores do Hospital não só se veem, nas condições de mercado, mas também pelas condições de trabalho. Com relação aos servidores, em

sentido lato também, não só com relação à dificuldade de atendimento, mas também com situações de desumanidade que chegamos a presenciar através de trabalhos que fizemos e que temos, também, de outras épocas.

Sob o pretexto de aumento salarial, o Prefeito Kassab editou a Lei 14.661, no final do ano, em 27 de dezembro de 2007, em que retirava a contribuição compulsória de 3%.

De pronto, muitos enxergaram isso como uma coisa boa. Mas, na realidade, o que ele fez foi como se ele administrasse um consórcio de qualquer coisa e, em um dado momento em que as partes já estavam avençadas, ele disse: “Vocês não precisam mais contribuir, mas também vocês não levam nada”. Foi isso que a coisa se deu.

Faço parte, também, do Conselho Gestor do Hospital e, lógico, o poder de força, de fogo, o servidor perdeu, aí, também.

Trouxe dois documentos em que embaso a minha fala, mostrando que a situação não é de hoje.

Em 14 de abril de 2000, um documento, endereçado ao Ministério Público do Estado de São Paulo, ao Grupo de Atuação Especial de Saúde Pública e da Saúde do Consumidor, relacionado ao inquérito civil 5.013, de 13/03/2000, foi entregue à Promotoria, com uma série de documentos.

Aqui, temos toda sorte de denúncia. Inclusive, só vou ler a manchete de uma: “Inquérito vai apurar situação do servidor”.

Outro documento, fizemos em 2005, quando já participávamos do Conselho Gestor. Tomando contato diretamente com a situação do Hospital, realizamos uma pesquisa de opinião pública, da qual participaram 8700 informantes. Em cima de 18 questões, montamos um relatório que foi entregue a esta Casa, a todos os vereadores, e recentemente entregue à Comissão de Saúde para apreciar o relatório.

Embora de 2005, o que aqui consta é atual. Só mudam alguns aspectos do cenário. O espírito permanece com relação ao atendimento do servidor e atendimento a quem trabalha

lá.

Inclusive, há um relato publicado em nosso jornal sobre o atendimento prestado ao Presidente da Aprofem, Prof. Ismael, que foi acidentado na Vinte e Três de Maio, e passou o que todos passam no pronto-socorro. Ele escreveu um artigo intitulado: “HSPM: teatro dos horrores!” Não em demérito a quem trabalha lá, mas pelo descaso com relação ao servidor e a quem é ali atendido.

Para finalizar, vou ler o que defendemos.

“A Aprofem, ao longo das gestões passadas e no decurso da atual, requer que o Governo Municipal concretize previamente a recuperação total do Hospital, em termos de prédio, instalações, equipamentos e pessoal, sem nenhum ônus para os servidores. Que o Governo Municipal documente tudo isso.

Que faça um atendimento com presteza exclusiva aos servidores e dependentes do HSPM e de forma descentralizada, que o conjunto do funcionalismo municipal participe de consulta para saber do seu interesse em contribuir.

Ocorrida dessa forma, transparente e escoreita, a Aprofem respeitará e apoiará a manifestação que se revelar majoritária, legítima, porque oriunda dos donos, de fato, do HSPM: os servidores públicos municipais”.

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Obrigado, Sr. Arnaldo.

A próxima, a Sra. Norma Lúcia dos Santos.

A SRA. NORMA LÚCIA DOS SANTOS – Boa tarde a todos.

Em 2005, como bem lembrou o colega Floreal, tínhamos uma contribuição de 3%. Naquele momento, nós do Sindicato Sinesp, fizemos um movimento e demos até um abraço simbólico no Hospital, dizendo que aquele Hospital era nosso.

Então, a defesa do Hospital público para o servidor público municipal é uma defesa que o Sinesp faz há muito tempo. Mas precisamos, hoje, avaliar sobre essa questão, que é

uma nova contribuição de 2%.

Estamos com o Governo desde 2003, da Prefeita Marta, e passamos a ter um aumento salarial de 0,1%, de 0,001%. Quando nos manifestamos, em 2005, não querendo esse desconto, ele já estava incorporado aos nossos salários e já víamos esse desconto acontecer automaticamente.

Passamos por um desconto de 11% e, aí, deixamos de contribuir com esses 3%, com a garantia, há época, de que esse dinheiro seria retirado para, também, o HSPM e para as questões da Saúde.

Hoje, vemos que o Hospital está passando por uma situação em que ele precisa, sim, de mais investimento. Ele precisa, sim, de dinheiro. Também faço parte do Conselho Gestor do HSPM e sei disso. Mas essa dívida é do Governo. Ele tem que aumentar o que ele manda para o Hospital. Quando pensamos que o funcionário está tendo 0,01% ou 0,1% de aumento, você colocar hoje mais 2% de desconto, isso é um arrocho salarial, e precisamos ficar atentos a isso. Fora que, este ano, ainda não saiu o dissídio geral do funcionário público!

Então, precisamos realmente fazer esse debate, porque não é uma questão simplesmente de desconto ou não desconto. Temos que saber que o Governo tem que arcar com essa conta, para que o servidor tenha um Hospital do Servidor Público Municipal e o município também tenha, porque isso faz parte do Governo, faz parte das atribuições da Prefeitura.

O Poder Público deve garantir a saúde para o servidor e para os municípios e também queremos que isso seja ampliado com clínicas descentralizadas. Hoje, é impossível a pessoa sair do extremo da zona Leste, da zona Sul para vir até o Hospital do Servidor Público Municipal.

Mesmo com tudo isso, com essa sobrecarga, percebemos que o Hospital tem feito um bom trabalho, tem atendido, mas o Poder Público, o Governo, tem que assumir a responsabilidade do Hospital, porque nunca foi opção nossa a retirada desse desconto. Ela foi

imposta. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Muito obrigado, dona Norma Lúcia.

Passarei a palavra ao Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, parabênizo a gestão por abrir o debate, que é muito importante. A categoria é que tem que dizer o que é melhor para ela e o que ela quer.

Quando se fala em Saúde, que é um problema no Brasil inteiro, temos que falar que é um problema estrutural e de gestão, e o Hospital do Servidor foi uma conquista do servidor, como todos aqui falaram, mas ele precisa funcionar bem.

O erro que houve aqui, olhando o que foi feito na gestão anterior, aumentou-se a contribuição do servidor para 11% e esse aumento foi todo para o IPREM, que não cuida da Saúde, mas, sim, da aposentadoria. Esse foi o erro. (Aplausos)

Agora, o impasse que estamos vendo é que para o Hospital do Servidor voltar a ter um melhor atendimento, temos que saber o que é possível ser feito, e é necessário recurso. A discussão, aqui, é de onde virá o recurso. Se volta a ter o desconto de 2% dos servidores, exclusivamente para o Hospital, ou se virá do Governo.

Ninguém defende o aumento de 0,01% ao funcionário, tanto que estamos discutindo alguns projetos para o funcionalismo, visando algo que ajude na carreira.

Mas, enfim, temos de achar de onde tiraremos o dinheiro para podemos bancar os custos do Hospital. E, aí, a categoria, de forma sábia, está debatendo. Se a categoria achar que o melhor é retomar o Hospital para o servidor e tiver que pagar 2% será só fazer uma pesquisa com os servidores. Devemos perguntar quanto que cada servidor gasta com a saúde. (Aplausos)

Então, talvez a conta do quanto o servidor gasta com a saúde possa até representar mais do que os 2% que poderão ir para o Hospital. Então, é questão de bom senso.

Por exemplo, ao invés de pagar o plano de saúde que eu pago, que é caro e que é

uma porcária, se tivesse a opção de pagar 2 ou 3% do meu salário para usar um Hospital com um sistema de saúde de boa qualidade, optaria pelos 3% de meu salário, porque pago muito mais com o meu plano de saúde.

Essa é a minha opinião e acho importante esse debate, porque essa é uma decisão que deve ser tomada pelos servidores. Parabenizo a gestão por ter aberto esse debate. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Abrirei a palavra aos inscritos. Antes, anuncio a presença dos Vereadores Natalini e Noemi Nonato.

Peço que as pessoas se atenham aos três minutos, para que todos tenham a possibilidade de se manifestar.

Chamo o Sr. João Bosco Fontes, Diretor Técnico do Hospital do Servidor.

O SR. JOÃO BOSCO FONTES – Bom dia a todos. Vivemos dois anos, esse assunto não começou, não terminará hoje. Estamos há dois anos na administração do hospital do servidor público municipal, um grupo grande junto com sindicalistas representantes sindicais trazendo esse assunto que é extremamente complexo e muitas vezes preocupa pelo tempo que temos à disposição não conseguirmos passar a verdade. Às vezes não passar a verdade pode trazer incertezas e pode trazer problemas, transtornos para o futuro.

Eu disse aqui que nascemos um grande hospital há 60 anos, 40 mil pessoas, servidores e seus dependentes, hoje passamos de 200 mil e passamos de 300 mil munícipes que procuram esse hospital 24 horas por dia, sete dias na semana, com pronto-socorro aberto, com o centro cirúrgico aberto, com o PS aberto, a UTI aberta, enfim, o hospital que tem de receber quem o procura. Somos hoje mais de 700 mil usuários e chegamos a uma administração e gestão que considero esquizofrênica, estamos adoecendo. Não se faz gestão onde se pega um hospital que hoje é mais do que dois ou talvez três hospitais com o orçamento e financiamento de um hospital. Não se faz gestão sem financiamento senhores. Onde estão os solidários que querem fechar esse hospital e é isso que queremos, que esse

hospital se torne o hospital do servidor público municipal que dele se apegue e fique com ele o resto da vida.

Obvio que queremos manter o princípio solidário a essas 200 ou 300 mil pessoas que hoje dependem suas vidas diuturnamente, pessoas pobres do Centro, que dependem disso para sobreviverem e queremos trazer o princípio da solidariedade sim. Por isso, por isso defendemos a bandeira do financiamento através do Tesouro que já contribui com uma parte, mas precisamos de mais financiamento. Não se faz hospital de excelência, cardiologia, cirurgia cardíaca, não se faz cirurgia de média e alta complexidade, ortopédicas, neurocirurgia moderna, cardiologia moderna, ressonância, não se custeia, sem financiamento. Não se salva vidas sem financiamento senhores. Precisamos desse financiamento. O Tesouro já contribui e o que vos falo não é político, é verdade, o Tesouro já contribui com um, precisamos de duas partes, de um financiamento por parte da solidariedade dos servidores públicos municipais. Por que precisamos? Não vamos construir esse hospital sem financiamento, não esperem hospital de excelência sem financiamento e o princípio de solidariedade.

Se sairmos daqui sem a possibilidade de contribuição, teremos prazer, eu como diretor técnico, de lutar para ter um grande hospital, mas seremos um hospital do SUS e atenderemos exclusivamente a todas as pessoas que têm direito: brasileiros, chineses, angolanos, todos que chegarem neste País serão atendidos no Hospital do Servidor Público, aí sim com financiamento do Tesouro. Lutarei até a minha morte por um hospital do SUS. Estou há dois anos para falar. Nós não dormimos, não paramos de pensar e agir por esse hospital. Para terminar, não vamos agir como um bando de galinhas, somos servidores públicos municipais, somos águias, fomos criados para sermos águias, não vamos assumir pelo fato de termos sido criados como galinhas e sendo águias o papel de rastejar como galinhas. Vamos subir uma grande montanha, a mais alta das montanhas do mundo e vamos vislumbrar sem medo e com coragem, fazendo história e essa se faz com coragem, determinação, e podemos fazer a partir de hoje história. Vamos voar como águias e vislumbrar o grande horizonte que

espera esse grande grupo de servidores municipais, que merecem sim. Defendo o Hospital do Servidor para os servidores, mas com financiamento por parte dos servidores, parte do Tesouro se não eu vou lutar por um SUS para atendermos todas as pessoas que dele precisam.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Obrigado, Dr. João. Tenho a maior admiração pelo Dr. João e a fala dele foi realmente tocante e muito importante, mas no princípio da solidariedade, vamos nos esforçar para falar nos três minutos.

Para compor a mesa convido o Sr. Edgar Fernando.

Tem a palavra o Sra. Neide, funcionária pública e Vice-Presidente da Aoesp.

A SRA. NEIDE – Boa tarde a todos. Estou aqui com servidora pública, entrei na Prefeitura em 1975, contribuí com o hospital até 2005 e a mim não foi perguntado se eu queria ou não. Não tenho plano de saúde e uso o Servidor Público Municipal, a minha formação é cirurgiã-dentista, necessito desse plano municipal porque foi esta a minha escolha e acredito no SUS. Existe no plano de governo uma unidade básica de saúde que no caso mudaram os nomes, mas o que a gente solicitava antes é que tivesse um lugar de urgência e emergência no Centro da Cidade para atender a população porque eu também estava lá discutindo no governo da Luisa Erundina, do PT e quando permitimos abrir a porta para a população porque eles não tinham nada aqui no Centro. Com a promessa de que teria um tempo e esse tempo está até hoje.

Os governos que entraram não devolveram para a população aquilo que eles necessitavam, mas tirou de mim, porque é o único plano que tenho, esse Servidor. E eu contribuí sim, não só com os 3% porque na época eu contribuía com mais 3% para o meu marido que estava lá no Ipem porque mulher não tinha direito de deixar uma pensão para o marido. Além dos 3% eu contribuí mais, que foi também no governo da Luiza quando definimos que todo o servidor poderia deixar pensão independentemente de ser mulher ou homem. Temos uma história muito maior com isso.

A mim não me perguntara se eu queria parar de contribuir. Eu não quero parar de contribuir e quero voltar e tem uma discussão na Fasp porque a associação da qual eu sou Vice-Presidente temos discutido isso não é de agora é desde o governo da Erundina quando passou isso para a porta de entrada. Há muitos de nós que não gostaria de ter isso. Foi difícil acontecer isso, mas precisava dar uma resposta para a população. Estou aqui para lutar para que o governo cumpra o que está no plano do governo uma unidade de emergência no Centro para a população e volta a ser o meu patrão e que contribua com a parte dele que eu contribuirei com a minha. Fazendo o hospital de qualidade vamos contribuir. Estou aposentada há dez anos porque entrei cedo na Prefeitura e continuo lutando para que aquilo seja decente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Gostaria de solicitar que aqueles servidores que forem favoráveis à contribuição procurem dizer se são favoráveis desde já ou favoráveis depois da reforma do hospital.

Tem a palavra o Sr. Roberto Hofer, munícipe.

O SR. ROBERTO HOFER – Aquele hospital foi construído com o suor e lágrima do trabalhador e foi para o baixa renda. Eu frequento aquele hospital há muito tempo, fiz parte do Conselho Gestor, vêm de Itanhaém, São Vicente, todos aqui eu vejo as ambulâncias chegando, 10, 12,15. Fora o Centro que não atende ninguém, joga tudo onde doutora, fala aí para eles. Joga lá no HSPM. O cara leva um tiro na Praça da Sé e para onde levam? Leva uma facada no desfile da paulista. O pronto-socorro ficou lotado e eu estava com a minha esposa lá, que teve a dignidade de morrer bem atendida. Eu me orgulho daquele hospital.

Como falou o meu amigo Alfredinho que veio do chão de fábrica. Ele sabe quanto dói chegar na farmácia e pedir fiado. Só que agora não tem remédio. Dá para vender esse remédio fiado, porque a minha renda é baixa. Aquele hospital foi construído para os baixa renda, nunca vi quem ganha 20 mil lá naquele hospital, quem ganha 10 mil naquele hospital, mas quem ganha 1500 como eu está lá na porta. Vamos defender com unhas e dentes, com a alma do meu coração. O hospital é do servidor.

Direito à saúde é direito do cidadão, dever do estado, só que não vou deixar o Estado entrar na minha casa e me tocar para fora de lá. É isso. Eu sou analfabeto de pai e mãe e não choro porque não tenho mais lágrimas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Tem a palavra o Sr. Clorisval de Paula Souza, gerente técnico.

O SR. CLORISVAL DE PAULA SOUZA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Vereador Ricardo Young, com parte da história deste hospital tenho 33 anos trabalhando nele.

Nós que conhecemos bastante dele vimos que esse hospital sofre de uma doença crônica há muito tempo e vem a cada ano piorando mais. Parabenizo a Dra. Regina Pedro Atie por essa atitude de levar a frente tudo isso. Tudo começou há um ano e meio quando ela entrou nesse hospital. Quem conhece um pouco e volta há três anos viu que esse hospital estava nas manchetes de jornais, na TV, pelo menos uma vez por semana e isso denegriu muito a imagem. Eu cheguei até a ter vergonha de falar que eu trabalhava no hospital do servidor.

Hoje temos um ponto importante a ser decidido aqui. É um tripé, na verdade. A volta do servidor para o servidor e importante também que esses empregados do Hospital do Servidor, como faço parte também, tenham isonomia, o Regime Jurídico Único com a Prefeitura, sem isso e sem a volta do hospital para o servidor não teremos um hospital completo de excelência.

O ponto mais polêmico é sem dúvida a cobrança dos 2%. Faço parte do Conselho Gestor já por três mandatos e neste último fizemos uma enquete no Conselho gestor e numa reunião extraordinária fizemos uma votação em relação à contribuição. O controle social votou em 15 votos e foram 13 a favor e um contra. Então, o Conselho já sinalizou isso positivamente. O ponto mais importante para o hospital é esse, a volta da contribuição. Quero um hospital que funcione, não quero apenas ter um salário melhor, que seja do servidor e que fique com um

parque tecnológico atrasado, sem investimento e sem nada a prestar para gente.

Se não houver a contribuição, vai continuar do mesmo jeito. O governo já faz a parte dele investindo os 2%, que retirou. Pergunto: o governo Kassab tirou a contribuição, mas antes de tirar acho que não foi perguntado se a gente queria contribuir? Essa enquete toda a quais interesses servem a não contribuição do hospital fica difícil saber. Só quem trabalha lá dentro, há muito tempo, sabe o que passamos ali. É um tratamento desumano não estar atendendo bem nem o servidor e nem o munícipe. A verdade é essa. Queremos que o munícipe tenha um tratamento adequado e que o servidor volte a ter o hospital e sua identidade para ele mesmo.

Agradeço ao Dr. Artur Pinto Filho, não fosse ele da Promotoria de Saúde de São Paulo esse hospital já estaria quase todo terceirizado. Entrego às mãos do senhor o documento que fala em relação à votação e que aprovou a cobrança dos 2% no Conselho Gestor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Tem a palavra o Sr. Antonio Carlos do Sindisesp.

O SR. ANTONIO CARLOS – Boa tarde a todos. Agradeço a Mesa por essa realização e todos os servidores se sentem contemplados e digo que precisamos trabalhar com fatos.

A somatória de algumas contribuições vira 11% não é verdadeiro porque 11% está se descontando para o fundo de aposentadoria. Dizer que esse hospital vai para o SUS porque vai atender todos munícipes, nesse momento é dizer que ele vai ser repassado para as OSs. Quem tem de financiar e custear o que é meu sou eu mesmo. Não vou aceitar que meu vizinho venha custear a minha casa, se não ele vai ter de dar os pitacos dele. Se o hospital é do servidor e se hoje fosse descontar 20% do meu salário eu não conseguiria pagar um convênio que me desse atendimento primário.

Com os convênios que temos no Brasil, que é criminosa a forma da iniciativa dos

convênios brasileiros é que recebem do cidadão, atendem a questão primária e a questão secundária e terciária vai para o SUS. O meu sindicato também pauta pelo SUS e não tem convênio médico. Pautamos o SUS, que é meu, que todo o brasileiro tem de abraçar como seu porque se o brasileiro já tivesse assumido o SUS como seu, o maior plano de saúde do mundo hoje estaria implantado em todo o Brasil e teria acabado com todos os convênios que deixa de fazer o atendimento daquele que contribui. Esse é o SUS que quero e o Hospital do Servidor, contribuindo porque ele é meu.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Confe São Paulo do Trabalho e Empreendedorismo, que é um órgão institucional da UniGlobal Trabalho e EcoCidades e começamos nossas atividades a partir do dia 20 de setembro aqui, já com 420 mil filiados em São Paulo e primordialmente, cumprimentamos os Vereadores, as autoridades e todos reunidos para debater o presente e o futuro da saúde de São Paulo. Com a participação marcante também de cerca de 14 conferências nacionais, como delegados nacionais, e apresentei várias teses, inclusive, de contribuição da instalação dos SAMUs, das motolanças, e das academias de saúde, que ainda não foram implantadas no País e de várias ações de desenvolvimento à saúde da nação brasileira.

Em contrapartida, reconhecemos que o Hospital do Servidor em 1950 foi construído pelos servidores públicos, mas o custeio ao longo desses anos, foi do Poder Público, pela Secretaria Municipal de Saúde, que vem custeando as ações do hospital. Acho que é um ato inconstitucional porque, por exemplo, a Prefeitura é uma instituição de todos os municípios e que é mantida pelos impostos e a contribuição de cada trabalhador que é descontada pela Previdência Social e acho que é um ato inconstitucional a Prefeitura manter um hospital exclusivamente, com a categoria do Hospital do Servidor, com dinheiro dos municípios.

A nossa tese é que serão custeados pelo SUS, pelo Tesouro Nacional, o Tesouro municipal fazendo um grande hospital de excelência tanto os municípios e os servidores

públicos. Apresentamos dois planos, o plano A, que vai para plebiscito em nível municipal e plano B, que senão der, se faça um plebiscito com os moradores do distrito onde está construído o hospital.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Tem a palavra o Sr. Carlos Pinheiros, da zoonose de Santana.

O SR. CARLOS PINHEIROS – No meu ponto de vista o Hospital do Servidor pertence ao servidor público. É nosso, foi construído com os recursos daqueles que já se foram, com os pensionistas que ainda estão e com muitos que estão trabalhando aqui. Pergunto aos senhores da Mesa, a Polícia Militar tem o HM na zona Norte, ela abre lá para os demais serem atendidos? O Estado tem o Servidor Público, ali no Ibirapuera, eles abrem para os demais? É nosso.

Temos de pedir a essa Casa o plano de cargos e carreiras do servidor, não basta só o atendimento com qualidade, mas a nossa qualidade de vida como trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Tem a palavra o Sr. Leandro de Oliveira do Sindesp.

O SR. LEANDRO DE OLIVEIRA – Cumprimento, primeiramente, o Vereador Ricardo Young, que preside os trabalhos da comissão e os demais Vereadores, Dra. Regina Atie, representantes dos sindicatos e todos os presentes.

O debate não é se o Hospital é ou não é do Servidor, o Hospital é do servidor, isso ficou definido lá atrás. Ele foi concebido desta forma, está regulamentado na legislação atual, os recursos que foram investidos nele são inegáveis que foram recursos do servidor. Agora, também é verdade que senão tiver uma definição de quem é que vai financiar conjuntamente o hospital, como os recursos do Tesouro, como vem sendo financiado, ele poderá ser um hospital sim do SUS.

Temos de ter clareza que não estamos numa discussão de preconceito, não é essa a discussão porque vários companheiros tem clareza de que se o SUS funcionar

adequadamente é verdade que não tem de ter HSE, não tem de ter HSPM, não tem de ter para militar nenhum hospital deveria ser fechado por categoria. Se o SUS funcionar nós todos seremos atendidos pelo SUS.

É obvio que como entidade, como representante dos trabalhadores, como trabalhadores que estamos fazendo o debate aqui, como usuários. Nós nunca vamos defender outra coisa que não seja fazer a contribuição, nesse momento, com pesquisa, com consulta etc., porque, para se resolver esse problema, terá que ser dessa forma, porque se eu não resolver, esse hospital deverá passar para o SUS. Se essa questão do financiamento não for resolvida, nós estamos abrindo mão do Hospital do Servidor Público Municipal.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Tem a palavra a Sra. Flávia Anuniação, auxiliar de enfermagem e funcionária pública.

A SRA. FLÁVIA ANUNIAÇÃO – Boa tarde. Eu sou funcionária do Hospital do Servidor Público Municipal há 18 anos. Hoje o servidor não cumpre a sua vocação primeira, que é atender bem ao servidor. A Medicina de alto custo não é feita no serviço privado; para o servidor não. Medicina de alto custo para um servidor, numa unidade mais frágil, é feita no corredor do PS. O que há de idosos no corredor do PS, carentes de uma assistência de qualidade, e funcionários não conseguem prestar atendimento não é porque não querem; é porque não há condições. O hospital não atende bem ao SUS e não atende bem ao seu funcionário. Então, a gente precisa apropriar-se novamente do Hospital do Servidor Público Municipal. A gente precisa fazer esse movimento. A Prefeitura tem uma dívida com o hospital, uma dívida grande, porque ela deu esse suporte para o sucateamento que há hoje. Então, a Prefeitura também precisa ser chamada para isso. Aqui não é a questão só do desconto da contribuição. A gente tem que contribuir. O hospital é nosso, mas hoje a Prefeitura tem uma dívida também. Então, a gente tem que fazer essa discussão em paralelo, cada um assumindo a sua responsabilidade. O hospital precisa ser retomado, precisa ser modernizado, precisa ser

trazido novamente para o funcionalismo. Uma das coisas que eu defendo é que a Administração volte para dentro do Servidor, volte para dentro e ande lá dentro junto com a gente, lado a lado. A Administração não tem que ser fora, a Administração tem que ser dentro; e que a gente tenha um acesso à Administração facilitado.

Outra coisa, toda essa discussão passa também por um comprometimento profundo com o RH. Não há servidor sem a valorização do RH. Não haverá. Hoje a gente um plano de cargos lá dentro, que é uma falácia. Ele foi feito para ninguém evoluísse; e o reenquadramento que está sendo proposto hoje também é ruim. A luta da gente agora é para melhorar isso. Então, a gente quer um servidor funcionando? Quer um servidor de volta para o Servidor? Todo mundo quer, mas que a Prefeitura tenha noção da dívida que tem conosco, que nós voltemos a contribuir e que haja um profundo comprometimento com o RH de lá de dentro. Todo o bom serviço prestado lá dentro é, antes de qualquer coisa, um comprometimento do profissional, não é por causa do salário. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Tem a palavra a Sra. Delmira de Fraga, fonoaudióloga e coordenadora de fonoaudiologia.

A SRA. DELMIRA DE FRAGA – Boa tarde a todos. Eu trabalho no Hospital do Servidor Público Municipal há 30 anos. Já peguei vários momentos de glória. Acho que a gente faz um trabalho apesar de tudo. O que não depende de tecnologia, nós fazemos vários trabalhos reconhecidos aqui e fora. O que a gente tem visto é que muita gente tem saído do hospital, porque essa situação está demorando em ser resolvida. Eu defendo que as pessoas contribuam sim para o hospital, porque não conheço nenhum lugar onde as pessoas tenham atendimento a não ser no SUS e que não paguem alguma coisa por esse atendimento, seja plano de saúde, seja no banco, seja na empresa. Não há um lugar onde as pessoas não contribuam. Isso não existe.

Para mim, o funcionário deve sim contribuir e exigir da Prefeitura que faça a sua parte, no sentido de manter um hospital de excelência, como já foi, e possa a vir a ser

novamente.

Outra coisa que seria interessante colocar é que quando as pessoas estão envelhecendo e há algumas coisas sérias a lidar, nenhum plano de saúde atende. Todas as pessoas vão para o Hospital do Servidor Público Municipal. Isso é uma realidade.

Outra questão: Se o dinheiro saiu da Saúde e foi para a aposentadoria, a gente não tem que confundir uma coisa com a outra. A gente tem sim compromisso com a Saúde, e podemos todos fazer a nossa parte. OK?

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Estamos indo bem. Parabéns.

Tem a palavra a Sra. Bergair de Oliveira Valentino, do Sindsep.

A SRA. BERGAIR DE OLIVEIRA VALENTINO – Boa tarde a todos. Eu estou na direção do Sindsep, mas sou conselheira e trabalhadora do município. É assim para a contribuição. Como é que vamos sair do limbo? Há quantos anos os nossos governantes sucatearam aquele serviço, aquele hospital, deixando-o naquelas condições em que ele se encontra hoje? Não dá para conseguir resgatar sem a contribuição. Nós temos isso nítido, claro. Isso foi votado, em assembleia.

Respondendo ao professor, não foi 13 a 2; foi 12, porque ele se absteve. Só estou fazendo uma correção. Os demais, a não ser os dois professores que votaram “não” e o outro Vereador, que se absteve, todos os demais membros votaram a favor do desconto sim.

Nobre Vereador Alfredinho, V.Exa. que sempre caminhou junto com a gente, com o pé no chão, cabeça firme e forte, que sempre fez a defesa dos mais oprimidos, sabe que essa é a hora, meu querido. Vamos resgatar o HSPM para os trabalhadores municipais de São Paulo. Nós pagávamos 3%. Vai ser retomado com 2%, 1% a menos. Quanto é que nós vamos gastar se, por acaso, formos fazer um convênio? Não dá. É isso que esta Casa tem que entender.

Quando eu entrei na Prefeitura, não foi me perguntado: “Você quer que desconte o

HSPM?” Não, eu entrei e continuei com ele. A partir do momento em que tiraram, quebraram as minhas pernas. Por quê? Porque deu direito a sucatear mais um hospital no município de São Paulo, em detrimento, simplesmente não que ele venha para o SUS, mas sim para as OSs, para terceirização dos serviços. Isso nós, senhores trabalhadores, não podemos admitir que o nosso hospital caia nessa esfarela, igual a tantos outros, que estão com os serviços terceirizados. Não podemos.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Tem a palavra a Sra. Luzia Delmachio.

A SRA. LUZIA DELMACHIO – Boa tarde a todos. Não há uma pessoa que ama aquele hospital do que eu. Eu tenho 32 anos de serviço naquele hospital. O meu filho foi criado, o meu filho passou por ali; e agora, de vez em quando, eu levo o meu neto no pronto-socorro infantil. Eu amo aquele hospital. Quando a Dra. Regina chegou lá, houve uma comissão de funcionários daquele hospital que a procuraram e falaram: “Dra. Regina, a senhora chegou aqui; e agora nós vamos pedir ajuda para a senhora. Nós temos que resgatar esse hospital, porque ele está nessas condições.” Ela falou: “Vamos trabalhar juntos”. E começamos esse trabalho juntos.

Eu trabalho com o público no HSPM, e o maior usuário daquele hospital são professores. A todos que perguntamos, falam: “Eu quero que volte a contribuição, desde que esse hospital volte a ser só do servidor”. Portanto, quem que fica, na porta do hospital, é a UBB, que vende convênios a cem reais por mês, que não cobre internação, só cobre ambulatorios e olhem lá. Até eu caí na UBB, e, numa noite, quando senti dor, fui procurar um pronto-socorro e não achei. Fui bater no HSPM de madrugada.

Então gente, vamos ter o pé no chão e pensar. Dentro do nosso sindicato, não há convênio médico. O servidor paga convênio médico a vida inteira, e quando fica doente, com uma doença crônica, ele chega lá com uma cartinha e um cartão vermelho. Procuram o HSPM, porque o convênio não cobre quimioterapia, não cobre radioterapia, não cobre AIDS. Vão

morrer no corredor do pronto-socorro. É assim que acontece: sem estrutura, sem nada.

Nós, na reunião onde estivemos com o Vereador Ricardo Young, foi uma servidora que encontramos, por acaso, na porta da Câmara. Ela perguntou: “Aonde vocês vão”. Dissemos: “Nós vamos conversar com o Vereador, porque vamos discutir a volta do Hospital do Servidor. Disseram: “Eu quero ir, eu quero ir”. Foram. Uma mulher disse que ganha três mil e poucos reais e paga 1.200 reais de convênio. Eu disse para ela: “A senhora vai perder esses 1.200 reais. Sabe por quê? Porque, no dia em que a senhora cair com AVC ou qualquer coisa em cima de uma cama, o ambulância do convênio leva a senhora no Servidor. É lá que a senhora vai ficar”. Portanto, ele foi um hospital de excelência. Ele foi o maior aqui na região Central, que atendia ao público e ao servidor.

É obrigação nossa resgatar aquele hospital, e ele voltar a ser só dos servidores, que devem contribuir. Basta dizerem: “Eu não quero o servidor. Vai para o SUS”. Que ele tenha coragem de olhar nos olhos e diga: “Eu não quero”, porque, do jeito que está, não há condições. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Tem a palavra a Sra. Solange Cristina, da Fetam e Sindsep.

A SRA. SOLANGE CRISTINA – Eu cumprimento a mesa em nome da Sra. Regina, superintendente, e a plateia. Os senhores sabem o que é a falta de saúde no município de São Paulo. Nós, dos servidores públicos municipais, não estamos aqui pedindo para voltar a contribuição do hospital do jeito que ele está. Eu tenho certeza que se os senhores tiverem acesso ao projeto do hospital que queremos, todos os senhores vão querer contribuir. Todos os senhores vai ter um atendimento legal.

Eu estou falando aqui porque a minha entidade fez uma plenária na região Centro, onde foi retirada a volta do desconto. Nós fizemos um seminário Hospital que Temos e o Hospital que Queremos dentro do Hospital do Servidor Público. Houve uma mesa específica, onde nós expusemos o projeto Hospital que Queremos no Congresso, e ainda aprovamos,

numa assembleia de aposentados. Os aposentados pedem o hospital de volta, porque eles não têm condições de pagar uma UBB que está lá na porta.

Eu, enquanto sindicato, tenho que falar pela categoria, não por mim. A categoria está pedindo o hospital de volta porque não tem condições de pagar um convênio médico e depois ter que morrer na porta lá ou na porta de qualquer pronto-socorro por aí, se não conseguir chegar lá. O convênio não vai atender. A categoria é quem decide, e eu estou aqui falando pela categoria, por assembleias e pelo congresso. Eu não estou falando pela Solange.

Nós, dentro do meu sindicato, não oferecemos convênio médico. Nós não temos convênio médico para a nossa categoria. Então, eu acho que é bom a gente fazer uma reflexão, porque, no estadual, há pessoas que têm duplo vínculo na Prefeitura: É do Estado e é da Prefeitura. No Estado, ele paga, e aqui ele não quer pagar. No Estado, ele paga para ele, e ainda paga uma verba a mais para cada agregado que é atendido lá. Então, vamos falar pela categoria. Não vamos falar por si.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Tem a palavra o Sr. Raimundo.

O SR. RAIMUNDO – Eu sou conselheiro do HSPM pelo SUS, indicado pelo Conselho Municipal, representando o usuário; embora eu não seja usuário do HSPM. Desde quando cheguei como conselheiro, eu não consegui compreender o funcionamento do hospital, pela dificuldade da identidade do hospital. Nas reuniões, pessoas dizem: “Isso aqui é do SUS. Isso é do HSPM”. Então, a gente não sabe o que é do SUS e do HSPM. Eu pedi para me mostrar o que é do HSPM, inclusive equipamentos, e o que é do SUS.

Segundo, no plano de saúde, no Plurianual de 2010, está se falando de hospital municipal. Não há Hospital do Servidor Público lá. Não vi. Não sei como é prestada a conta nesse sentido. Eu tentei fazer intervenção para ver se havia alguma coisa e não vi.

Eu estou lá como SUS. A discussão é se ele vai ser do servidor ou do SUS. Como sou conselheiro do SUS, eu votei para que ele fosse para o SUS. Todos nós que defendemos

o SUS, se começarmos a pensar pequeno, nunca vamos ter voo de águia. Se cada segmento melhorar só o seu, todo mundo perde e quem ganha é o mercado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Tem a palavra a Sra. Lourdes Estevão.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Duas questões estão colocadas aqui. Primeiro, de quem é o HSPM. Em todas as falas colocadas aqui, está claro que o hospital é nosso, do servidor, construído com os nossos recursos. O Sr. Raimundo faz um questionamento, se o servidor não deveria abrir esse espaço. O servidor é muito solidário, tanto que nós reivindicamos, com toda veemência, que o Estado assuma a sua responsabilidade e crie um hospital e um pronto-socorro de qualidade para todos os usuários do centro. Essa é a nossa maior solidariedade que nós temos. Segunda coisa: Quem paga? Nós queremos sim contribuir com o HSPM, porque nós queremos nos apropriar desse hospital, que é nosso, e não queremos, em nenhum momento, dar oportunidade para que as organizações sociais, que têm tomado todas as unidades da cidade de São Paulo, também venham tomar o nosso hospital.

Agora, com muita tranquilidade, eu digo para a Prefeitura que também sim é responsabilidade dela ajudar, porque 2% não são suficientes. Ela tem sim que ajudar, porque nós somos os cuidadores desse município. Aqui há pessoas que trabalham na Funerária, que enterram os nossos mortos. Aqui há pessoas que trabalham nos hospitais, nas Unidades Básicas, que trabalham com meningite e tuberculose. Essas pessoas não podem começar na fila do SUS, para serem atendidos, porque senão vão morrer. Então, é obrigação da Prefeitura e também do município e do Estado cuidarem dos seus cuidadores. O HSPM é nosso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Tem a palavra o Sr. José Martinez.

O SR. JOSÉ MARTINEZ – Boa tarde a todos. Estou um pouco chateado por não terem vindo mais representantes, principalmente da Educação. Há professores que passam pelo pronto-socorro de lá. Eu sou técnico em enfermagem. Faço parte do conselho gestor e sou representante dos trabalhadores. Eu atendo realmente muitas pessoas da Educação. Eu comuniquei a todos com quem tive contato sobre a audiência de hoje. Não vi aqui ninguém que

conheço. Sou a favor da contribuição, mesmo porque se o hospital, por acaso, passar ao SUS, nós estaríamos desobrigando o município de construir mais um equipamento; e as nossas condições de atendimento não melhorariam em nada. Nós primamos pela qualidade e pela saúde. Trabalhamos com solidariedade e profissionalismo. Estamos insatisfeitos com o salário, a remuneração e com o comportamento da gestão pública no geral.

Parabenizo a gestão atual do hospital, que teve incentivo, iniciativa e está brigando junto com a gente por um direito que é nosso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Na reunião da comissão, no dia 24 de setembro, haverá uma audiência pública de prestação de contas do quadrimestre da Secretaria Municipal. Estão todos convidados a estar presentes. Tem a palavra o Vereador Calvo, Presidente da Comissão, para dar um informe.

O SR. CALVO – Comunico que, na semana que vem, no dia 17 de setembro de 2014, das 14 horas às 15 horas, haverá uma audiência pública. Convido todos os presentes, para discutirmos a saúde bucal, ampliação dos cargos, condições de trabalhos, ações, projetos de carreira, remuneração e atuação do Governo Municipal da cidade de São Paulo, na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Tem a palavra o nobre Vereador Natalini.

O SR. NATALINI – Cumprimento aqui o nobre Vereador Ricardo Young, os Srs. Vereadores presentes, os representantes e os funcionários do sindicato. Eu fiz residência no Hospital do Servidor Público Estadual. O Sr. Eurípedes também fez internato e residência lá. Quando nós fizemos residência lá, o hospital só atendia a servidores. Só abria para pessoas de fora se fosse caso de risco de vida eminente. Só mesmo assim atendiam. Eu mesmo já operei lá naquela época pessoas que não eram servidores e tinham risco de vida eminente. Como não podiam ser transferidos, foram operados lá. O hospital era fechado para servidores e é até hoje.

O Hospital da Polícia também é um hospital corporativo para atendimento da

Polícia. Então, eu pessoalmente tenho uma história longa no SUS. Eu sempre defendi o SUS. Nesse caso, pela história e por comprometimento dos servidores públicos, com a construção, com a inauguração, esse hospital deveria ser voltado para o atendimento dos servidores públicos municipais. Agora para isso acontecer, na minha opinião pessoal, é que houve um erro atrás, quando abriu para o SUS e depois houve o erro de retirada da contribuição. Por quê? Porque a questão não é se queremos ou não queremos contribuir. Essa discussão é secundária. Se não contribuirmos, o hospital não pode fechar as portas para o SUS e ponto final. Isso é Constituição, ou é corporativo... Aí é obrigatória a parcela do funcionalismo, colaborando, contribuindo. Senão não há moral para fecharem as portas para a população em geral. Essa é uma questão de lei. Essa é a primeira questão. A segunda questão é para também se voltar a ser um hospital corporativos do funcionalismo, o Poder Público, o gestor municipal de Saúde, junto com o gestor estadual e junto com o gestor federal, porque o SUS não é feito por um só... A gente sabe disso. Os três gestores têm que dar resposta a essa população, que procura aquele pronto-socorro, que não é servidora pública e é atendida e operada ali. Para onde vão. Não há condições de trancarem a porta e as pessoas se virarem. Esse fluxo é preciso também ser discutido. Uma UPA, pura e simplesmente, não é suficiente.

Temos de ver qual é o serviço, em São Paulo, de pronto-socorro no centro, que vai substituir aquele ali. Aí é a tarefa para os gestores municipal, em primeiro lugar, estadual e federal.

Terceiro e último ponto: para voltar aos servidores, como o Dr. João falou e eu sei disso, 260 leitos, a estrutura que há lá, não serão suficientes. Hoje os servidores procuram o serviço para todo lado: uns tem convênio; outros, vão aqui e ali. Quando o hospital foi fundado, eram 40 mil servidores, hoje são 200 mil. Então, tem que aumentar para 400 leitos, tem que comprar equipamento, tem que fazer um investimento grande. Sou favorável a esse movimento para que isso aconteça. Podem contar comigo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Obrigado, nobre Vereador Natalini. Tem a palavra a nobre Vereadora Noemi Nonato.

A SRA. NOEMI NONATO – Quero cumprimentar todos e desejar uma boa tarde. Que Deus os abençoe. Obrigado pela presença.

Era só isso, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Obrigada, nobre Vereadora Noemi.

Para encerrar esta audiência pública, tem a palavra o Sr. Eder Gatti Fernandes, do Sindicato dos Médicos de São Paulo.

O SR. EDER GATTI FERNANDES – Primeiramente, gostaria de desejar a todos uma boa tarde e, na figura do Vereador Young, um cumprimento especial à Mesa. Esta discussão é muito importante e deve ser feita com muita calma, tranquilidade e maturidade.

Identifico três pontos muito importantes que devem ser frisados. O primeiro ponto é a questão dos servidores municipais. Historicamente, esse hospital é dos servidores, pois foi construído com o dinheiro deles. Os servidores devem ser valorizados e fica complicado fazer uma defesa contrária, pois o hospital é dos servidores municipais.

O segundo ponto é que a rede municipal de saúde é insuficiente e, querendo ou não, quem hoje absorve boa parte da assistência daquela região é o HSPM. Então, essa luta também é nossa e devemos defender que haja uma reestruturação da rede municipal de saúde, especificamente naquela região, de forma a garantir assistência adequada aos nossos munícipes.

O terceiro ponto é a questão do sucateamento crônico e financiamento do HSPM. Ao longo dos anos - e isso vem de muitos e muito anos, não somente desta gestão - o hospital vem sofrendo um sucateamento crônico, que deve ser sanado com um financiamento adequado. Hoje temos uma indefinição, não sabemos para quem exatamente o HSPM presta assistência e de que forma é financiado. Se ele passar a ser de uso exclusivo dos servidores, vai ser preciso um aporte financeiro e por isso fica difícil fugir da contribuição.

Esses são os três pontos que devemos levar em consideração.

Acho que esta discussão deve continuar, deve ser levada a todos os servidores do Município, porque tem muita gente interessada nessa questão.

Mais uma vez, friso o segundo ponto: temos que lutar por uma rede pública adequada para todos os munícipes.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Obrigado.

Gostaria de agradecer a todos os membros da Mesa a presença e a excelente discussão. Acho que a Comissão tem muitos novos elementos para continuar a ajudá-los nesse pleito. Um agradecimento especial à Dra. Regina por todo esforço que vem fazendo ao liderar esse processo.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, rapidamente, uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Pois não.

O SR. ALFREDINHO – Como a Comissão está interessada em ajudar os servidores, no caso do processo de desapropriação do terreno para a UPA, a Comissão também pode ser uma intermediária para acelerar esse processo.

- Aplausos.

O SR. CALVO – Sr. Presidente, esta é a nossa função: fazer essa intermediação. Inclusive seria uma emenda orçamentária em nome desta Comissão a fim de melhorar os recursos para esses abnegados servidores do HSPM, que têm mantido a chama viva para nós que contribuimos há mais de 20 anos. Daí o compromisso desta Comissão.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Young) – Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada esta audiência pública.